



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

GREVE DO MAGISTÉRIO

Professores contestam números

"Educadores rebatem argumento de que Estado não tem dinheiro e reiteram que manterão a paralisação até nova proposta"

(Diário Catarinense, Geral, p. 26)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 27/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 27/5/11
Assunto: Greve do magistério, Professores contestam números		Página: 26

GREVE DO MAGISTÉRIO

Professores contestam números

Educadores rebatem argumento de que Estado não tem dinheiro e reiteram que manterão a paralisação até nova proposta

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte) insistem em uma audiência com o governador Raimundo Colombo para retomar o diálogo sobre o piso nacional do magistério.

Hoje a greve completa 10 dias, ainda sem prazo para terminar. Professores afirmam que só voltarão às aulas quando o governo apresentar uma nova proposta.

A coordenadora estadual do Sinte,

Alvete Bedin, informou que eles vão pedir um encontro para a próxima segunda-feira com o governador, que volta hoje da Europa. Os professores rejeitaram a medida provisória (MP) que paga o piso nacional do magistério para 35 mil professores (53%) da rede estadual.

Para eles, a proposta é um desrespeito à progressão na carreira.

– Esperamos que com o retorno do governador, volte a discussão sobre o salário – observou Alvete.

Apesar de o governo ter afirmado que só retoma as negociações com o fim da paralisação, a coordenadora

garantiu que os professores estão decididos a continuar em greve. Eles não aceitam o que consideram achamento da tabela salarial.

A coordenadora ainda contesta o argumento do Estado, de que não há dinheiro para pagar o piso na carreira. Ela apontou números de que o governo gasta 42% da receita líquida com a folha do Executivo, faltando sete pontos percentuais para chegar ao limite legal de 49%, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para pagamento de pessoal do Poder Executivo. O Estado usa um cálculo que inclui despesas com terceirizados, estagiários e inativos, que aponta que estão sendo gastos 48% da receita.

Ela ainda disse que o dinheiro para a Educação está sendo mal utilizado, segundo análises das contas do governo de 2010, feitas na quarta-feira pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Um dos problemas é com o Salário Educação – uma contribuição social das empresas prevista na Constituição e repassado ao Estado pelo governo federal –, que deve ser investido no setor, mas que em SC está ficando sem destino.

Sobre o fato de a Secretaria de Estado da Educação tirar dinheiro de uniformes dos alunos e da manutenção de escolas para pagar o reajuste dado, a coordenadora foi enfática em dizer que os educadores sempre questionaram o investimento feito em uniforme para os estudantes.

– Os alunos não gostam dele, a maioria não usa, é uma cor imposta pelo governo, é defendemos que cada escola tenha autonomia para definir seu uniforme. Quanto à manutenção, eu não vejo isso na maioria das nossas escolas, que estão em condições precárias – ressaltou.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 27/5/11
Assunto: Greve do magistério, Professores contestam números		Página: 26

Paralisação atinge estados

Em pelo menos cinco estados, movimentos grevistas de professores da rede pública estão afetando mais de 1 milhão de estudantes. Profissionais de cada Estado – ou município, no caso de Porto Alegre – têm reivindicações diferentes.

Os professores do Amapá entraram em greve por tempo indeterminado na última quarta-feira. Eles reivindicam reajuste salarial de 16%, contra os 3% oferecidos pelo governo. Na capital, Macapá, a adesão seria de 90%.

Em Porto Alegre, a greve na rede municipal afeta 40 mil alunos. A categoria não aceita reajuste de 6,5% em maio e mais 0,5% em dezembro e quer 18%. A prefeitura sustenta que não pode oferecer mais. O Sindicato dos Municipários estima que 90% dos educadores estão parados. A prefeitura afirma que o índice é de 70%. A categoria diz que a greve só termina se houver nova proposta.

Em Sergipe, os professores da rede

estadual entram no quinto dia de paralisação, afetando 300 mil alunos. Eles fizeram ontem uma vigília na Assembleia Legislativa. Para hoje está marcado um ato público no centro comercial de Aracaju. A categoria recusou proposta de pagamento integral imediato do reajuste de 15,86% para os professores do nível um e a partir de setembro para os demais.

Em Alagoas, onde 350 mil estão sem aula, os professores decidiram prorrogar a greve, iniciada na semana passada, por mais sete dias. Os docentes pedem reajuste de 25% no salário, mas o governo só oferece 7%.

Na Paraíba, 18 mil funcionários de 600 escolas (60% dos profissionais) estão em greve há 26 dias, afetando 400 mil estudantes. Os professores pedem R\$ 890 para 30 horas semanais e manutenção das gratificações. Hoje, o piso é de R\$ 661. O governo diz que aceita pagar o piso, desde que as gratificações sejam incorporadas.

Fogo em diploma marca protestos

Uma churrasqueira, um litro de álcool e uma caixa de fósforos. Bastou isso para queimar simbolicamente anos de estudo e dedicação.

– Hoje, nosso diploma vai para o fogo – disse a professora Marilu Pereira, iniciando a manifestação dos professores de São Joaquim e região.

O mote principal das manifestações dos professores em greve tem sido o que eles consideram um desestímulo à formação.

– Isso é uma pouca vergonha! Como é que ele pode equiparar um professor pós-graduado com um que tem ensino médio? Ele simplesmente achatou o nosso plano de cargos e salários – ressaltou Sandra Silva, de São José. Grande Florianópolis, há 20 anos professora da educação especial.

Vestidos de preto, cerca de 200

professores fizeram um ato simbólico pelo Centro de Itajaí. Ao som da marcha fúnebre, manifestantes caminharam carregando faixas, cartazes e um caixão, representando o plano de carreira. O protesto terminou com a queima das cópias de diplomas e certificados de pós-graduação.

– O governo está mostrando à sociedade que estudar, se aperfeiçoar, não vale a pena. Vamos ter que jogar no lixo os nossos diplomas, porque o governo já jogou – disse a coordenadora do Sinte em Itajaí, Miriã Brasil.

Em Chapecó, os professores em greve se reuniram na barraca montada pelo Sinte na Praça Coronel Bertaso e estenderam faixas e até um boneco simbolizando o ato de formatura, com os dizeres: “Formação e conhecimento para quê?”.

MIRIÃ BRASIL

Coordenadora do Sinte em Itajaí



O governo está mostrando à sociedade que estudar, se aperfeiçoar, não vale a pena. Vamos ter que jogar no lixo os nossos diplomas, porque o governo já jogou.

SANDRA SILVA

Professora da educação especial



Isso é uma pouca vergonha! Como é que ele pode equiparar um professor pós-graduado com um que tem ensino médio? Ele simplesmente achatou o nosso plano de cargos e salários.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Estado	Data: 27/5/11
Assunto: Piso nacional, Fim da greve depende de nova proposta		Página: 16

Piso nacional Fim da greve depende de nova proposta

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) insistem em uma audiência com o governador Raimundo Colombo para retomar o diálogo sobre o piso nacional do magistério. Hoje, a greve completa dez dias e sem prazo para terminar. Professores afirmam que só voltarão às aulas quando receberem nova proposta.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, diz que eles vão pedir um encontro para segunda com o governador, que volta hoje da Europa. Os professores rejeitaram a medida provisória (MP), que paga o piso nacional do magistério para 35 mil professores (53%) da rede estadual. Ontem, os grevistas fizeram mobilização em várias cidades do Estado. Em Joinville, o protesto ocorreu com destruição simbólica de diplomas de nível superior e de pós-graduação.



EM JOINVILLE
Professores fazem protesto



CLIPPING

Veículo: Notícia do Dia	Editoria: Cidade	Data: 27/5/11
Assunto: Greve dos Professores – Categoria se reúne em São José		Página: 8

GREVE DOS PROFESSORES

Categoria se reúne em São José

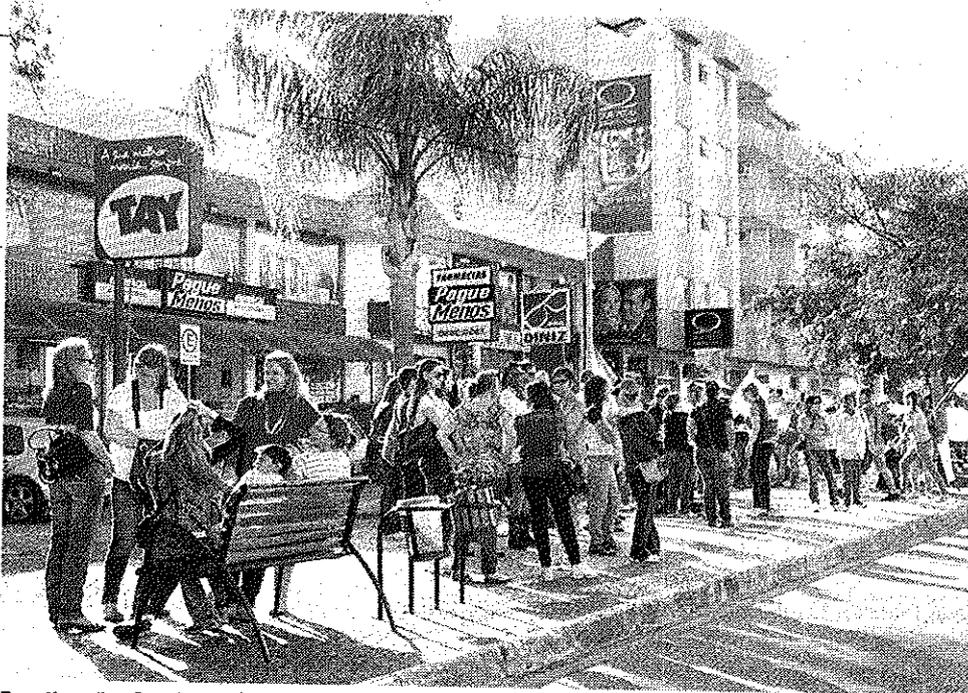
SÃO JOSÉ – Professores estaduais da Regional de São José se reuniram na tarde de ontem no calçadão da avenida central do Kobrasol. Eles fizeram pedágio e distribuíram panfletos informando a população sobre os motivos da greve. “O dinheiro arrecado no pedágio servirá para pagar o carro de som usado durante as manifestações e as propagandas de divulgação”, disse a professora Ladice de Jesus Almeida.

A greve estadual continua até que o governo apresente uma nova proposta de implementação do piso salarial. Nas manifestações constantes os docentes

tentam mostrar principalmente para os pais de alunos porque não está havendo aula.

“Aproveitamos o momento para esclarecer a todos sobre a continuidade da greve. Queremos deixar claro que o governo propôs pagar o piso salarial para todos os profissionais, abolindo o plano de carreira da categoria. Com isso, um professor que só possui o magistério e outro que tenha doutorado ambos receberão o mesmo valor”, disse **(Martha Ramos)**.

Ação.
Representantes do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) visitam hoje escolas para reforçar o movimento e mobilizar quem não aderiu à greve



MARCELO RITTENCOURT/AND

Paralisação. Grevistas fizeram pedágio e distribuíram panfletos na avenida central do Kobrasol



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 27/5/11
Assunto: Equívoco		Página: 2

“Equívoco”

Parlamentares da oposição, e inclusive governistas, estão considerando um erro a medida provisória que trata do piso do magistério, que foi enviada à Assembleia pelo Executivo. Argumentam que promove o achatamento salarial da categoria produzindo desmotivação e indignação. Depois de duas semanas percorrendo a Europa, o governador Raimundo Colombo desembarca hoje, em Florianópolis, e recebe do interino o “abacaxi” para descascar, já que neste período todo a greve só recrudescer. O ideal seria retomar as negociações e retirar a MP.

Veículo: A Notícia	Editoria: Canal.Aberto	Data: 27/5/11
Assunto: Governar sob pressão		Página: 20

GOVERNAR SOB PRESSÃO

Raimundo Colombo e comitiva amanhecem no Brasil e já pelas 9 horas o governador estará despachando no Palácio Residencial, colocando um ponto final na interinidade de duas semanas de Eduardo Moreira. Colombo e Moreira vão se reunir

para passar em revista os principais temas administrativos, com destaque para os desdobramentos da greve do magistério. A disposição do governo é oferecer, no início da próxima semana, um cronograma para atender aos professores de carreira.

O empenho será no sentido de acabar com a paralisação no curto prazo, mas sem se submeter às exigências do Sinte. O governo teme que acabe refém dos sindicalistas, levando outras categorias funcionais a reivindicar reajustes e benefícios, recorrendo a movimentos grevistas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 27/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Colombo: o retorno

O governador Raimundo Colombo está retornando hoje a Santa Catarina, depois de duas semanas viajando pela Europa. A agenda que programara antes da partida está suspensa. Os compromissos foram cancelados. A começar pela conferência que faria hoje na 11ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, em São Paulo. Foi convidado pessoalmente pelos organizadores e pelo patrono, o empresário Maurilio Biagi Filho, que se deslocou com o jatinho particular do interior paulista especialmente para convidar o governador. Santa Catarina é o único Estado homenageado na mais prestigiada feira do livro do interior de SP. O escritor português José Saramago (in memoriam) é o autor-destaque. O Estado é, também, o único com direito a uma ampla área. Um estande foi montado pela Santur e pela Fundação Catarinense de Cultura. Ali, acontecerão sessões de autógrafos de autores catarinenses, exibição de esculturas tirolesas da artista Mariana Thaler e exibição da banda da Oktoberfest. A editora da UFSC estará vendendo seus livros numa barraca especial.

Colombo manteve-se conectado durante toda a viagem com os assessores sobre os desdobramentos da greve dos professores. Estava convencido de que o pagamento do piso aos níveis baixos, definido na medida provisória, iria provocar o retorno imediato dos grevistas às salas de aula. Nada disso aconteceu. Ao contrário. Segundo o Sinte, não houve nenhum refluxo da greve, mas fortalecimento do movimento, incluindo a adesão de professores das Apaes e de outros segmentos ligados à área educacional. Outros fatos inesperados marcaram as atividades desta semana.

CORRERIA

O primeiro foi o apoio da Assembleia Legislativa. O segundo, a impressionante reação de estudantes e setores da opinião pública a favor dos professores. Até agora não se ouviram críticas à reivindicação do magistério. No Legislativo, as três deputadas de oposição, Ana Paula Lima e Luciâne Carminatti, do PT, e Angela Albino, do PC do B, centraram suas baterias na inconstitucionalidade da medida provisória. Ganharam destaque nos debates do plenário e causaram uma correria na base governista. Para não perderem o jogo no teatro político, os deputados do DEM – ou PSD – lançaram a proposta de abertura de negociações. Chegaram a anunciar uma audiência entre os líderes partidários na Assembleia e o governador interino, Eduardo Moreira. A iniciativa foi classificada, nos bastidores, de amadora. Jam atirar a batata escaldada no colo de Eduardo Moreira. Estes impasses só costumam ser levados ao governador, maior autoridade, depois que as negociações estão fechadas nos bastidores. A reunião foi, então, cancelada. O argumento: a única forma de acabar com a greve seria o governo fazer uma nova proposta, com descompressão parcial da tabela salarial. Os novos percentuais, contudo, dependem de decisão do governador titular. Temas tão delicados não costumam ser enfrentados e solucionados por telefone. Outra questão delicada: o governo tem limites financeiros no orçamento para melhorar a proposta e descomprimir a tabela. A legislação do magistério é um complexo emaranhado e qualquer benefício repercute intensamente na despesa. Finalmente, o temor do chamado efeito dominó ou cascata. Colombo tem reiterado disposição de melhorar os salários dos professores, mas receia que atendendo seus pleitos seja pressionado, em seguida, pelos servidores da saúde e pelos policiais militares, dois setores que ficaram credores no governo Luiz Henrique Pavan. O movimento dos professores está fortalecido, mas ninguém sabe até onde sustenta os atuais níveis de oxigênio. O governo também contabiliza pesado prejuízo político. E todos temem perdas eleitorais. A decisão de Colombo, neste fim de semana, partirá destes cenários.



CLIPPING

Veículo: Notícia do Dia	Editoria: Economia	Data: 27/5/11
Assunto: Professores 1/Professores 2		Página: 20



Professores 1

A Ministra Ideli Salvatti, por meio de sua assessoria, encaminhou nota à coluna apontando uma solução econômica para que o governo atenda as reivindicações dos professores em Santa Catarina: “Em apenas cinco meses, a previsão de receita do governo cresceu R\$ 1 bilhão. Com a economia de R\$ 1 bilhão anunciada em janeiro, mais o aumento da arrecadação em R\$ 1 bilhão, o governo teria R\$ 2 bilhões para pagar o Piso Nacional do Magistério, sem achatamento da tabela”, diz a ministra.

Professores 2

O raciocínio da ministra parece simples. Mas a receita do Estado tem destinos específicos e não pode ser distribuída desta forma. Segundo a Secretaria da Fazenda, 25% da receita com ICMS é repassada aos municípios e dos 75% que sobram, 73% são vinculados: Educação (27,5%); Poderes (18%); Dívida Pública (14,5 %); Saúde (12%); Pasep (1%). Dos 27% restantes, 23,4% são para a folha de pagamento “sem” os servidores de educação e saúde (inclui inativo custeado pelo Tesouro); 2,4% são para custeio; 0,8% são para investimentos; 0,3% são para pagamento de precatórios; e 0,1% são para a contrapartida de financiamentos. E agora?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do leitor	Data: 27/5/11
Assunto: Greve		Página: 52

Greve

Pela forma de negociar a greve, o governo de Santa Catarina conseguiu criar uma situação delicadíssima com os professores, na qual os alunos serão atingidos em cheio se ocorrer o retorno às salas de aula sem o reajuste esperado, pois o clima de desolação é geral. A situação é muito preocupante para um Estado que quer estar entre os líderes da já pífia escolaridade nacional. Vale lembrar que, pelo último índice Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), o



Brasil ocupa a 53ª posição, de 65 países analisados. O governo e secretário da Educação não estão cumprindo a resolução federal e se tornam diretamente culpados pelas reivindicações dos professores nas ruas.

*Júlio N. Scussel
Florianópolis*

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 27/5/11
Assunto: Nada de creche		Página: 3

NADA DE CRECHE

Apesar de o governo recuar da ideia de doar a Escola Básica Celso Ramos à Assembleia, a transferência da área para a prefeitura de Florianópolis ainda não aconteceu. Dário Berger também cobra do governo do Estado o pagamento de R\$ 7 milhões referentes à transferência para o município de cinco unidades infantis ainda em 2009. A novela, pelo jeito, vai longe...

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Dia a dia	Data: 27/5/11
Assunto: Estudantes		Página: 55

- **Estudantes** - As inscrições para o Programa Jovens Embaixadores vão até o dia 7 de agosto. No entanto, a Secretaria de Estado da Educação alerta as escolas da rede pública estadual para que fiquem atentas aos prazos. A inscrição deve ser feita no site www.facebook.com/embaixadadoseua.br.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 27/5/11
Assunto: Professores anunciam a morte do plano de carreira		Página: online

GREVE

Professores anunciam a morte do plano de carreira

Educadores pedem a valorização do profissional experiente e qualificado

ITAJAÍ - Vestidos de preto, em sinal de luto, cerca de 200 professores da rede estadual de ensino fizeram um ato simbólico pelas ruas centrais da cidade ontem à tarde. Ao som da marcha fúnebre, os manifestantes, em greve desde 18 de maio, caminharam carregando faixas, cartazes e um caixão, representando o plano de carreira. O protesto terminou com a queima das cópias dos diplomas e certificados de pós-graduação na Rua Hercílio Luz. Hoje, com a volta do governador Raimundo Colombo da Europa, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte) insistirá em uma nova audiência com o governo para segunda-feira.

Os professores discordam da Medida Provisória (MP) assinada segunda-feira pelo governador em exercício Eduardo Pinho Moreira, que garante o piso mínimo nacional para quem inicia a carreira. Para os educadores, a proposta não privilegia quem tem maior tempo de serviço ou graduado superior:

– O que o governo está mostrando para a sociedade é que estudar, se aperfeiçoar, não vale a pena. Vamos ter de jogar no lixo os nossos diplomas, porque o governo do Estado já jogou – disse a coordenadora do Sinte em Itajaí, Miriã Brasil.

Professora da Escola Francisca Alves Gevaerd, em Balneário Camboriú, Cida Pezzatti se mostra inconformada com a falta de reajuste para os trabalhadores mais antigos:

– Fiz faculdade e pós-graduação. Mesmo assim tenho que trabalhar 60 horas semanais, no Estado e no município, para não passar fome.

Os professores prometem novas manifestações para hoje, em frente à Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itajaí. O diretor do Sinte na região, Marcus Sodré, afirma que 80% dos professores da rede estadual do Litoral aderiram à paralisação.

dagmara.spautz@santa.com.br

DAGMARA SPAUTZ



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 27/5/11
Assunto: Sinte pedirá audiência com Colombo para segunda-feira		Página: online

GREVE

Sinte pedirá audiência com Colombo para segunda-feira

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte) insistem em uma audiência com o governador Raimundo Colombo, para retomar o diálogo sobre o piso nacional do magistério. Hoje a greve completa 10 dias, ainda sem prazo para terminar. Professores afirmam que só voltarão às aulas quando ganharem uma nova proposta do governo.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvete Bedin, informou que eles vão pedir um encontro para a próxima segunda-feira com o governador, que volta hoje da Europa. Os professores rejeitaram a medida provisória (MP), que paga o piso nacional do magistério para 35 mil professores (53%) da rede estadual. Para eles, a proposta é um desrespeito à progressão na carreira.

– Esperamos que com o retorno do governador, volte a discussão sobre o salário – observou Alvete.

Governo diz que só retoma negociação com fim da greve

Apesar de o governo ter afirmado que só retoma as negociações com o fim da paralisação, a coordenadora garantiu que os professores estão decididos a continuar em greve. Eles não aceitam o achatamento da tabela salarial.

A coordenadora contesta o argumento do Estado, de que não há dinheiro para pagar o piso na carreira. Ela apontou números de que o governo gasta 42% da receita líquida com a folha do Executivo, faltando sete pontos percentuais para chegar ao limite de 49%, definido pela Lei de Responsabilidade Legal. O cálculo do Estado, que inclui despesas com terceirizados, estagiários e inativos, aponta que são gastos 48% da receita.

Colaborou Júlia Antunes Lorenço



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 27/5/11
Assunto: Escola permanece sem alunos		Página: 4

Escola permanece sem alunos

Celso Ramos. Município busca transformar em creche prédio fechado em janeiro

FLORIANÓPOLIS — A Escola de Educação Básica Celso Ramos, na Prainha, permanece fechada um mês depois que o governo do Estado revogou o decreto de cessão de uso por 20 anos para a Assembleia Legislativa. O decreto foi revogado por pressão da comunidade do maciço do morro da Cruz, que reivindica uma creche no local.

Desde a revogação, no entanto, pouca coisa aconteceu. De oficial existe apenas um comunicado da secretaria de Estado da Educação, dirigido ao município, informando que a escola já pode ser ocupada. Na gestão patrimonial do Estado existe o entendimento jurídico de que a transferência da escola deve ser feita por meio de um projeto de lei, que precisa de aprovação dos deputados, e não por decreto.

O secretário municipal de educação, Rodolfo Pinto da Luz, afirmou que continua esperando a transferência do prédio para transformá-la em Centro de Educação Infantil para atender 500 crianças do entorno do maciço do morro da Cruz.

Inicialmente, o prédio deve abrigar as crianças da creche Santa Terezinha, também na Prainha, mas para isso a escola passará por adequações. Luz calcula que depois de assumir o prédio consegue fazer as reformas necessárias em 15 dias, e garante que o município tem recursos para essa etapa.

A Assembleia Legislativa chegou a oferecer R\$ 8 milhões pela escola. O dinheiro seria aplicado na construção de creches e escolas para atender a população do maciço. Mesmo assim, a comunidade optou por ficar com a escola.

Prefeitura formalizou pedido de transferência

Em audiência pública na noite de ontem, o secretário municipal de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, informou que o prefeito Dário Berger já formalizou o pedido de transferência da escola. O pedido foi encaminhado à SDR da Grande Florianópolis.

O secretário informou que a meta do município é a ampliação e oferta de vagas em creches. O município absorveu cinco creches

que eram geridas pelo Estado, mas ainda aguarda a contrapartida de R\$ 7 milhões que foi prometido no acordo. Pinto da Luz disse que, para suprir o Plano Nacional de Educação o município precisaria construir 50 creches com 200 vagas cada.

A audiência foi presidida pelo vereador Norberto Strosch Filho (PMDB) e contou com o diretor da SDR Florianópolis, Flávio Bernardo; vereadores Márcio de Souza (PT) e Célio Bento da Silveira (PMDB) e de líderes das comunidades do maciço.

O vereador Renato Geske, que propôs a audiência, anunciou a formação de uma comissão formada por representantes políticos e líderes comunitários para pedir ao governador a transferência da escola. "A escola não pode ficar vazia. Temos um déficit de 2.500 vagas em creches".

Planos.
Uma creche na escola Celso Ramos atenderia primeiro 115 crianças e, após reformas, teria capacidade para 500 vagas, atendendo quem está na fila de espera no entorno do maciço



CLIPPING

Veículo: O Estado SP	Editoria: Vida	Data: 26/5/11
Assunto: Greve de professores se intensificam no País		Página: A18

Greves de professores se intensificam no País

Movimentos em 6 Estados por reajuste salarial mobilizam tanto docentes de redes estaduais de ensino, como a de Santa Catarina, como municipais

Em pelo menos 6 Estados, fortaleceu-se ontem o movimento grevista de professores da rede pública. O Amapá se juntou ao protesto, por tempo indeterminado, após quase uma semana de paralisação de advertência. Os professores reivindicam reajuste salarial de 16%, contra os 3% oferecidos pelo governo. Na capital Macapá, 90% dos professores teriam aderido.

Em Porto Alegre, a greve chegou ao terceiro dia em clima de impasse. A categoria não aceita reajuste de 6,5% em maio e mais 0,5% em dezembro e quer 18%. A prefeitura sustenta que não pode oferecer mais.

A adesão é maior entre os 5 mil professores da rede municipal, que tem 40 mil alunos em 94 escolas de educação infantil e ensino fundamental e médio. O Sindicato dos Municipários estima que 90% dos educadores estão parados, enquanto a prefeitura afirma que o índice é menor, de 70%. A categoria afirma que a greve só termina se houver nova proposta da prefeitura.

Em Sergipe, os professores da rede estadual entram no quarto dia de paralisação, deixando cerca de 300 mil alunos sem aulas. Eles fazem hoje uma vigília na

Assembleia Legislativa a partir das 8 horas e, amanhã, um ato público no centro comercial de Aracaju. A categoria recusou proposta do governo de pagamento integral imediato do reajuste de 15,86% para os professores do nível um e a partir de setembro para os demais níveis.

Em Santa Catarina, onde a greve chega ao oitavo dia, a adesão dos é de quase 90%, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). O movimento é uma reação à proposta do governo que fixa, por Medida Provisória, o piso nacional do magistério em R\$ 1.187 para professores que não tinham o valor como salário-base sem a soma de abono. Antes, o valor mínimo era de R\$ 609. Os professores são contra a MP porque ela não acompanha o progresso de carreira. Como o governo se recusa a negociar, os grevistas pressionam os deputados estaduais a rejeitarem a MP.

Em Alagoas, os grevistas decidiram prorrogar a greve, iniciada na semana passada, por mais uma semana. Os docentes acusam defasagem de 25% no salário, mas o governo oferece 7%, em duas parcelas.

Na Paraíba, 18 mil funcionários de 600 escolas da rede estadual (60% dos profissionais) estão em greve há 25 dias, segundo o sindicato local. Pelo menos 400 mil alunos seriam prejudica-

dos. Os professores pedem piso salarial de R\$ 890 para 30 horas semanais e manutenção das gratificações. Hoje, o piso é de 661. O governo diz que aceita pagar o piso, desde que as gratificações sejam incorporadas aos salários.

/ ADELSON BÁRBOSA, ALCINÉA CAVALCANTE, ANTONIO CARLOS GARCIA, ELDER OGLIARI, JULIO CASTRO e RICARDO RODRIGUES

Indisciplina de aluno brasileiro é acima da média

● Um estudo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) mostrou que as salas de aula brasileiras são mais indisciplinadas que a média de

outros países. Por aqui, 67% dos alunos entrevistados (estudantes na faixa dos 15 anos) disseram que seus professores "nunca ou quase nunca" têm de esperar um longo período até que a classe se acalme. A média entre os 66 países pesquisados foi de 72%.

Segundo o estudo, a bagunça tem efeito direto sobre o rendimento dos estudantes.



CLIPPING

Veículo: Notícia do Dia	Editoria: Política	Data: 27/5/11
Assunto: Presidente Dilma defende Palocci e critica “Kit gay”		Página: 10

POLÊMICAS NO GOVERNO

Presidente Dilma defende Palocci e critica “Kit gay”

BRASÍLIA — Após a derrota do governo no Congresso Nacional na votação do Código Florestal, a crise envolvendo o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, a presidente Dilma Rousseff se manifestou publicamente ontem sobre esses pontos polêmicos. Dilma falou logo após um evento no Planalto, onde esteve reunida com os senadores do PT. Ela comentou ainda o cancelamento da produção e distribuição do kit anti-homofobia pelo Ministério da Educação.

“Asseguro que o ministro Palocci está dando todas as explicações necessárias. Espero que esta questão não seja politizada”, disse Dilma, referindo-se à nota divulgada pela Receita Federal.

“A Fazenda demorou um determinado tempo, se não me engano dois anos, e a Justiça determinou à Fazenda o pagamento da restituição. Não se trata de maneira nenhuma de manipulação. Lamento que um caso deste tipo esteja sendo politizado”.

A presidente reafirmou que vai vetar questões polêmicas que constam no texto do Código Florestal. “Não abrirei mão do compromisso com o Brasil. Temos obrigações diferentes e prerrogativas diferentes. Somos poderes e temos que nos respeitar. Eu tenho prerrogativa do veto. Se eu julgar que qualquer coisa prejudica o país, eu vetarei”, disse ela.

“A Câmara pode derrubar o veto. Você tem ainda a instância judicial. Eu sou a favor da compreensão e entendimento”, completou.

Conteúdo de Kit não agradou a presidente e deputados

Sobre o Kit de combate à homofobia, conhecido como “kit gay”, a presidente disse que não concorda com o conteúdo do material que seria distribuído nas escolas por não atender ao objetivo de combater a discriminação contra homossexuais. “O governo defende a educação e a luta contra práticas homofóbicas, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais, nem podemos interferir na vida privada das pessoas. Podemos ensinar que é necessário respeitar a diferença e que não pode exercer práticas violentas contra os diferentes”.

“
Nem
podemos
interferir
na vida
privada
das
pessoas.
”

**DILMA
ROUSSEFF,
PRESIDENTE**

Explicações
pevistas.

O ministro Antônio Palocci negou aos senadores do PT que tenha cometido irregularidades que lhe permitiram aumentar em 20 o seu patrimônio

Clipping

CNTE

26/05/2011 - Greves de professores afetam 1,7 milhão de alunos

- ✦ Data: 26/05/2011
- ✦ Veículo: ALÔ BRASÍLIA ONLINE - DF
- ✦ Editoria: NACIONAL
- ✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

26/05/2011 10h37

AE

São Paulo

Em pelo menos seis Estados, movimentos grevistas de professores da rede pública estão afetando até 1,7 milhão de estudantes, ao todo, segundo sindicatos da categoria. Cada Estado - ou município, no caso de Porto Alegre - tem reivindicações diferentes e negocia de maneira independente.

Os professores do Amapá entraram ontem em greve, por tempo indeterminado. Eles reivindicam reajuste salarial de 16%, contra os 3% oferecidos pelo governo. Na capital Macapá, 90% dos professores teriam aderido.

Em Porto Alegre, a greve chegou ao terceiro dia e afeta 40 mil alunos. A categoria não aceita reajuste de 6,5% em maio e mais 0,5% em dezembro e quer 18%. A prefeitura sustenta que não pode oferecer mais. O Sindicato dos Municipários estima que 90% dos educadores estão parados, enquanto a prefeitura afirma que o índice é de 70%. A categoria diz que a greve só termina se houver nova proposta.

Em Sergipe, os professores da rede estadual entram no quarto dia de paralisação, prejudicando 300 mil alunos. Eles fazem hoje uma vigília na Assembleia Legislativa a partir das 8 horas e, amanhã, um ato público no centro comercial de Aracaju. A categoria recusou proposta de pagamento integral imediato do reajuste de 15,86% para os professores do nível um e a partir de setembro para os demais níveis.

Adesão

Em Santa Catarina, onde a greve chega ao oitavo dia, a adesão é de quase 90% (35,6 mil dos 39 mil professores da rede), segundo o sindicato da categoria. Cerca de 600 mil alunos estariam sem aula.

A greve é uma reação à proposta do governo que fixa, por medida provisória, o piso nacional do magistério em R\$ 1.187 para docentes que não tinham o valor como salário-base sem a soma de abono. Antes, o mínimo era de R\$ 609. Os professores são contra a MP porque ela não acompanharia o progresso de carreira. O governo se recusa a negociar, e os grevistas querem que os deputados rejeitem a MP.

Em Alagoas, onde 350 mil estão sem aula, os professores decidiram prorrogar a greve, iniciada na semana passada, por mais uma semana. Os docentes acusam defasagem de 25% no salário, mas o governo oferece 7%.

Na Paraíba, 18 mil funcionários de 600 escolas (60% dos profissionais) estão em greve há 25 dias, segundo o sindicato local, afetando as aulas de 400 mil estudantes. Os professores pedem piso de R\$ 890 para 30 horas semanais e manutenção das gratificações. Hoje, o piso é de R\$ 661. O governo diz que aceita pagar o piso, desde que as gratificações sejam incorporadas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

AE

Clipping

CNTE

Cartilhas

- › Data: 27/05/2011
- › Veículo: JORNAL DA CÂMARA - DF
- › Editoria: GERAL
- › Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Lincoln Portela (PR-MG) elogiou em plenário cartilha sobre os direitos de crianças e adolescentes elaborada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo governo do Ceará. "A cartilha é de excelente nível", disse. "Na hora de criticar, criticamos; na hora de elogiar, elogiamos", continuou, reiterando sua objeção ao kit sobre homossexualidade que seria distribuído nas escolas pelo Ministério da Educação. O kit foi suspenso pela presidente Dilma Rousseff.

Clipping

CNTE

Qual é a música?

- ✦ Data: 27/05/2011
- ✦ Veículo: O DIÁRIO MARINGÁ
- ✦ Editoria:
- ✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

* Fábio Massalli

A lei nº 11.769, sancionada em 18 de agosto de 2008, determina que a música deve ser conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica do Brasil - e o prazo termina dia 19 de agosto. O tema será discutido no 14º Encontro Regional Sul da Associação Brasileira de Educação Musical (Abem), que acontece hoje e amanhã na UEM e terá cursos, mesas redondas e debates sobre o tema, além de apresentações artísticas.

O foco do evento é a música na escola e os desafios do ensino da disciplina em sala de aula. A professora do Departamento de Música da UEM e coordenadora do evento, Vânia Malagutti Fialho, diz que a proposta do Ministério da Educação (MEC) para o ensino da música nas escolas é diferente daquele que faz parte do imaginário popular.

A figura de uma sala com crianças tocando flauta doce está muito distante da realidade da nova proposta pedagógica do MEC. Vânia diz que a música em sala de aula não pretende formar instrumentistas e é possível fazer e ensinar música com diversas formas, como, por exemplo, fazendo percussão através do corpo dos alunos e copos.

João Paulo Santos

música"

"O principal elemento que o professor tem para usar em sala de aula é o corpo e as vozes dos alunos", diz. "As aulas não estão calcadas na performance. O aluno tem que aprender a ouvir, apreciar, tocar e compor e para isso ele tem que ter música em sala de aula e não só ouvir sobre história da música ou um compositor".

Perspectiva

Vânia diz que a aula de música deve envolver aquilo que o aluno ouve em seu dia-a-dia. Não adianta o professor chegar em sala de aula e querer impor um estilo musical que não faz parte da vida e do cotidiano daquela turma e da realidade do aluno.

"A partir dos ritmos que o aluno ouve, o professor pode realizar um trabalho buscando as raízes daquele ritmo, envolvendo os alunos e fazendo com que eles

conheçam todo o contexto daquela música. A partir daí, o aluno passa por vários ritmos e tem uma visão diferente de seu próprio cotidiano".

Vânia avalia que os alunos estão preparados para esse tipo de aula de música, porém será necessário romper o estereótipo do ensino tradicional da música, principalmente entre muitos professores, diretores e até secretários de Educação.

"Hoje, para a escola investir nesse tipo de trabalho tem que existir uma formação continuada dos professores; material didático, que inclui livros, CDs, DVDs, rádios, revistas e, em um segundo momento, instrumentos musicais", diz.

Vânia alerta que muitos professores têm um certo preconceito em trabalhar com o que os alunos ouvem. "Eles esbarram na falta de diálogo entre professor e aluno", diz.

A formação de professores ainda é o grande calcanhar de Aquiles para que a lei nº 11.769 seja cumprida. "A música não é uma disciplina própria, ela está inserida nas aulas de artes. Em alguns novos concursos estaduais há vagas específicas para professores de música e há uma grande demanda de mercado", diz.

Clipping

CNTE

Governo dá bicicleta para aluno ir à escola

✧ Data: 27/05/2011
✧ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
✧ Editoria: COTIDIANO
✧ Jornalista(s): SÍLVIA FREIRE
✧ Assunto principal: FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Presidente Dilma anuncia a doação de 30 mil bicicletas e capacetes para 81 municípios em um projeto-piloto

Foco do programa são os alunos que moram de 3 km a 15 km de onde estudam ou em locais com acesso precário

SÍLVIA FREIRE

ENVIADA ESPECIAL A UBATUBA (SP)

Crianças maiores de seis anos, de todas as regiões do país, poderão ganhar nos próximos meses uma bicicleta para ir à escola.

O foco do projeto do governo federal são estudantes que moram de 3 km a 15 km de onde estudam ou em locais de acesso precário, onde veículos motorizados -como o ônibus escolar- não conseguem chegar.

Nesses casos, os alunos irão de bicicleta até o ponto de ônibus mais próximo. Para participar do programa, é preciso que a criança tenha autorização dos pais.

A presidente Dilma Rousseff anunciou ontem a doação de 30 mil bicicletas escolares e capacetes para 81 municípios em projeto-piloto.

Até o fim do ano, a ideia é chegar a 100 mil bicicletas. A iniciativa integra o projeto Caminho da Escola, criado para auxiliar os municípios na renovação da frota de veículos escolares.

"É um meio para facilitar o acesso à escola ou ao ponto de ônibus. Não vai substituir totalmente os veículos automotores ou barcos", disse José Maria Rodrigues de Souza, coordenador de apoio à manutenção escolar, do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Estados e municípios também poderão comprar as bicicletas com recursos próprios. Até agora, 26 cidades e o Distrito Federal demonstraram interesse em adquirir mais de 7.000 unidades.

A definição de quais estudantes receberão a "bike", os trajetos seguros e a modalidade da doação -se o aluno fica com a bicicleta ou devolve ao fim do ano letivo- será feita por gestores locais.

A recomendação, no caso daquelas cedidas pelo governo, é que sejam doadas aos alunos após dois anos de uso. Se o estudante deixar a escola, devolve a bicicleta.

Em Ubatuba (litoral paulista), a ideia foi bem recebida pelos alunos da Escola Presidente Tancredo Neves, onde 60% já vão pedalando para a aula.

Cinco crianças da escola participaram, em 2010, de uma pesquisa do Ministério da Educação para definir o modelo adotado no projeto.

Leonardo Araújo Silva, 15, sugeriu que tivesse marchas e refletores e que o selim fosse mais confortável.

Os modelos escolhidos custam de R\$ 240 a R\$ 268.

Segundo o secretário-adjunto de Educação do DF, Erasto Fortes, o projeto será adotado experimentalmente em duas escolas da cidade-satélite Recanto das Emas no segundo semestre.

Serão distribuídas bicicletas para todos os alunos com mais de 14 anos e que moram a até 7 km da escola.

"É um meio de transporte cheio de vantagens: mexe com a saúde, com o esporte e colabora com o ambiente."

Coordenadora da ONG Criança Segura, Alessandra França vê o projeto com cautela. "A bicicleta pode ser muito insegura se for simplesmente entregue à criança." Ela diz que é necessário trabalhar com os alunos e a comunidade para criar um "ambiente seguro".

Danilo Blank, do departamento de segurança da Sociedade Brasileira de Pediatria, concorda. "Crianças e adultos devem ser treinados para obedecer a sinalização."

Colaborou PEDRO LEAL FONSECA

Clipping

CNTE

Kit anti-homofobia era para crianças de 11 anos

• Data: 27/05/2011
• Veículo: O GLOBO
• Editoria: O PAÍS
• Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Diferentemente do divulgado, cartilhas exibiam indicação para alunos a partir do 6º ano do fundamental

Evandro Éboli

BRASÍLIA. O kit de material educativo "Escola sem homofobia" que provocou polêmica entre religiosos no Congresso e levou a presidente Dilma Rousseff a vetar sua distribuição tinha como público-alvo não só alunos do ensino médio, como informava o Ministério da Educação. O material também foi preparado para ser apresentado a alunos a partir dos 11 anos de idade que cursam o ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

A faixa etária está registrada no caderno "Escola sem homofobia", que orienta como o kit anti-homofobia deveria ser aplicado na sala de aula e apresentado a professores e pais. Fazem parte do kit três vídeos, um DVD e guias de orientação a professores.

Destinado a professores, gestores e outros profissionais da educação, o caderno, ao qual O GLOBO teve acesso ensina dinâmicas de grupo para trabalhar com estudantes do ensino fundamental, em temas como homossexualismo, bissexualismo. "Essas dinâmicas podem ser aplicadas à comunidade escolar e, em especial, a alunas/os do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio", diz o caderno.

A destinação do kit contra a homofobia a alunos do ensino fundamental fica evidente no conteúdo do vídeo "Boneca na mochila". Este é um dos filmetes do kit e traz na capa uma criança pequena com uma mochila. O vídeo conta uma história baseada em fato verídico: uma mãe é chamada às pressas na escola porque "flagraram" o filho com uma boneca na mochila. No caminho do colégio, num táxi, a mãe escuta essa notícia no rádio e fica ainda mais aflita.

O guia de discussão que acompanha o vídeo sugere dinâmicas para os professores trabalharem com os alunos e discutirem esse conteúdo. Um dos capítulos propõe mostrar os "mitos e estereótipos" mais comuns que envolvem gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, a partir das seguintes afirmações, que devem ser completadas pelos alunos: "Meninos que brincam de boneca e de casinha são..."; "Mulheres que dirigem caminhão são..."; "A pior coisa num gay é..."; "Garotas que partem para a briga são...".

Ao propor debate sobre sexualidade, a cartilha recomenda questionar ao aluno: "Ser um menino mais sensível e uma menina mais durona significa que são ou serão gay e lésbica?"

No material do kit em poder do MEC, há seis Boletins Escola sem Homofobia (Boleshs), destinados aos estudantes, com brincadeiras, jogos, letras de música e dicas de filmes. Todos com o tema diversidade sexual e homofobia. Uma das letras de música incluídas foi a canção "A namorada", de Carlinhos Brown, cujo refrão diz "namorada tem namorada".

Na brincadeira de caça-palavras, os alunos têm que decifrar 16 palavras correspondentes a definições como: "pessoa que sente desconforto com seu órgão sexual (transexual)", "nome da ilha que deu origem à palavra lésbica (Lesbos)", "órgão sexual que é associado ao ser homem (pênis)".

O boletim traz brincadeiras de "o que é o que é", com conceitos de parada do orgulho LGBT, homofobia, diversidade sexual, entre outros. Na sessão sobre filmes, os alunos são orientados a procurar nas locadoras ou na escola "Brokeback Mountain", história de dois jovens que trabalham numa fazenda e tem relacionamento amoroso; "A gaiola das loucas", comédia sobre o dono de um cabaré gay que entra em apuros quando o filho dele, noivo da filha de um senador moralista, vai apresentar sua família. São sugeridos também "Milk", com Sean Penn, e "Desejo proibido 2".

Os boletins também trazem textos sobre esses temas. Na capa de um, "Terremoto no território machista", o assunto tratado é sobre a capacidade do ser humano de interagir com pessoas diferentes. Outra edição é aberta com o texto "Homofóbicos são os outros?", que relata história de uma jovem que é preconceituosa mas acredita não ser.

No guia do vídeo "Torpedo", com a perseguição de alunos a duas estudantes que mantêm uma relação, as ONGs responsáveis pelo material sugerem que, após exibição, seja perguntado aos alunos: "É diferente a reação das pessoas quando veem duas garotas de mãos dadas e dois garotos de mãos dadas?"; "Um professor, ou uma professora, teria menos credibilidade se fosse homossexual, travesti, transexual ou bissexual? Por quê?"

O Ministério da Educação informou ontem que o material produzido seria indicado apenas para o ensino médio. E que a indicação para o ensino fundamental não seria aprovada. A distribuição do kit foi abortada por ordem da presidente Dilma. A professora Lilian do Valle, professora de Filosofia da Educação da Uerj, alerta:

- Quanto mais baixa a idade, mais delicada a situação. É uma idade muito sensível para questões afetivas e psíquicas. Uma palavra mal colocada pode resultar num dano maior do que simplesmente não falar nada. Tem que envolver um trabalho maior, interdisciplinar. Não é simplesmente aprovar uma lei e jogar o kit. É pedir demais do professor esse tipo de responsabilidade. Não se pode esperar que a escola resolva os problemas da sociedade.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 27/5/11
Assunto: Câmara aprova distribuição de Kits dentários no ensino fundamental		Página: online

Câmara aprova distribuição de kits dentários no ensino fundamental

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou na terça-feira (24), em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 3120/04, que obriga a distribuição de kits de saúde dentária aos alunos do ensino fundamental, nas escolas públicas. O kit - composto de escova de dente, fio dental e creme dental - será entregue aos alunos periodicamente em atividades voltadas à importância da higiene bucal.

De acordo com a Agência Câmara, o texto será enviado ao Senado, a não ser que seja apresentado recurso para votação em Plenário.

De autoria do deputado Edson Ezequiel (PMDB-RJ), o projeto foi aprovado com duas emendas. A primeira, da Comissão de Educação, determina que os kits sejam pagos com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta inicial previa que a iniciativa fosse custeada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef). “A Constituição proíbe a utilização de receitas de impostos com programas complementares de saúde escolar”, explicou o relator na CCJ, deputado Valtenir Pereira (PSB-MT).

Pereira é autor da segunda emenda, que determina que a norma entre em vigor na data de publicação. A redação original determinava que o Executivo regulamentasse a lei em 90 dias, prazo retirado do texto pelo relator. “O projeto viola o princípio de separação dos poderes ao fixar prazo para que o Executivo regulamente a proposição”, justificou.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 27/5/11
Assunto: MPF quer que participantes do Enem possam recorrer da nota		Página: online

MPF quer que participantes do Enem possam recorrer da nota

O Ministério Público Federal no Ceará (MPF-CE) ajuizou ação pedindo que o edital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011 seja alterado para permitir que os participantes possam recorrer da nota obtida tanto na prova objetiva quanto na redação.

Segundo a Agência Brasil, na edição do ano passado, candidatos entraram com ações na Justiça pedindo revisão dos resultados, especialmente da prova de redação, mas os pedidos foram negados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), já que as regras da prova não previam recurso. O edital do Enem 2011, lançado na semana passada, também não abre essa possibilidade. O pedido será julgado pela Justiça Federal no estado. O Ministério da Educação (MEC) informou que não foi notificado e, portanto, não se pronunciará sobre o assunto.

De acordo com o autor da ação, o procurador da República Oscar Costa Filho, o edital de 2011 deve ser alterado “em caráter de urgência”, já que as inscrições começaram ontem (23) e seguem até 10 de junho. A justificativa do promotor é que todos os candidatos têm “direito à ampla defesa e ao contraditório”.

Ao apresentar os detalhes da edição 2011 do exame, a presidenta do Inep, Malvina Tuttman, afirmou que a possibilidade de revisão ainda estava sendo discutida com o Ministério Público. O impedimento, segundo ela, é que, caso fosse dado aos alunos esse direito, os resultados do Enem demorariam muito para ser publicados, o que atrapalharia o cronograma das instituições de ensino superior que usam o exame em seus processos seletivos.

A correção das provas de redação seguirá o mesmo esquema da edição anterior do Enem. Dois técnicos corrigem o texto e, caso haja divergência maior do que 300 pontos – a nota varia de zero a 1.000 – um terceiro professor é chamado



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

para avaliar e dar a nota final. O edital considera que o terceiro corretor
“contempla o ofício do recurso”.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 27/5/11
Assunto: Enem oferece oportunidade para adulto concluir o ensino médio		Página: online

Enem oferece oportunidade para adulto concluir o ensino médio

A oportunidade de conseguir o certificado de conclusão do ensino médio, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), é oferecida a quem não teve a oportunidade de concluir o curso na forma tradicional. Portanto, cidadãos com mais de 18 anos podem fazer o exame também para obter a certificação nessa etapa do ensino. Para isso, devem indicar, no momento da inscrição, que farão as provas especificamente para conseguir o certificado.

Para fazer o Enem com esse objetivo não é necessário ter frequentado escola regular ou a educação de jovens e adultos. Basta ter 18 anos completos, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O candidato à certificação fará as mesmas provas dos estudantes que buscam vaga na educação superior pública.

Desde 2009, as médias do Enem podem ser usadas para obter o certificado de conclusão da escolarização básica. Desde então, foi extinta a aplicação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) no Brasil para o nível médio.

A pontuação exigida para o candidato obter o documento será definida pelas instituições certificadoras — secretarias estaduais de educação, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e centros federais de educação tecnológica (Cefets) — que firmaram acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Estão credenciadas mais de 350 instituições, com unidades em todas as 27 unidades da Federação.

A escolha da instituição certificadora, a critério do candidato, deve ser feita no momento da inscrição no Enem, pela internet. A indicação independe do local de residência. Para concluir a certificação, as instituições que firmaram



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

o acordo de cooperação técnica devem publicar, no Diário Oficial da União, ou no do estado em que têm sede, a relação com os nomes e dados dos candidatos aprovados.

Em 2010, cerca de 110 mil pessoas com mais de 18 anos concluíram o ensino médio ao fazer o Enem.